REGULAÇÃO DA INTERNET: DIREITO COMPARADO ENTRE A LEI MARCO CIVIL DA INTERNET BRASILEIRA E A LEI ARGENTINA DIGITAL

INTERNET REGULATION: A COMPREHENSIVE RIGHT BETWEEN THE BRAZILIAN INTERNET CIVIL MARK AND THE ARGENTINE DIGITAL LAW

58

NAYUME PEREIRA DEMÉSIO

Especialista em Gestão e Segurança em Redes de Computadores, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus de Trindade
nayumedemesio@gmail.com

NÁGELA BITAR LÔBO

Especialista em Computação e docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG),
Campus de Trindade
prof_nagela@hotmail.com

Resumo: A regulação da Internet é um tema recente e que vem sendo bastante debatido. O Brasil ocupa um lugar de destaque em se tratando da normatização democrática do uso da rede, por ter sido o primeiro país a regulamentar o uso desta. A Argentina, assim como o Brasil possui uma legislação específica sobre a regulação da rede, que determina os princípios, as garantias, os direitos e os deveres tanto para usuários quanto para provedores. A proposta deste trabalho é utilizar a perspectiva comparada para compreensão da regulamentação da rede, o que é uma ótima forma de ver como o restante do mundo está reagindo ao tema. É viável utilizar o direito comparado entre o Marco Civil da Internet Brasileira e a Lei Argentina Digital de acordo com os parâmetros que foram escolhidos a partir da legislação brasileira. As categorias definidas para comparação são: a proteção de dados pessoais na Internet, a neutralidade da rede e a liberdade de expressão na Internet.

Palavras-chave: Regulação da Internet, Neutralidade da Rede, Proteção de Dados Pessoais, Liberdade de Expressão, Marco Civil Brasileiro, Lei Argentina Digital.

Abstract: The regulation of the Internet is a recent topic and it has been much debated. Brazil occupies a prominent place in dealing with the democratic normalization of the network use, since it was the first country to regulate its use. Argentina, like Brazil, has a specific legislation on the regulation of the network, which establishes principles, guarantees, rights and duties for both users and providers. The purpose of this work is to use the comparative perspective to understand the network regulation, which is a great way to see how the rest of the world is reacting to the topic. It is viable to use the comparative law between the Brazilian Civil Rights Based Framework for Internet and the Argentine Digital Law in according to the parameters that were chosen from the Brazilian legislation. The categories defined for comparison are: the protection of personal data on the Internet, the network neutrality and the freedom of expression on the Internet.

Keywords: Regulation of Internet, Network Neutrality, Protection of Personal Data, Freedom of Expression, Civil Rights Framework for Internet in Brazil, Digital Argentina Law.

INTRODUÇÃO

A Internet se apresenta como uma rede aberta, livre, não regulada e sem barreiras de entrada, portanto a regência e a normatização da Internet tornaram-se questões fundamentais a serem discutidas.

A importância e complexidade dessa temática colocam em voga a necessidade de aprofundamento sobre a regulação da rede. Este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento sobre a regulação da Internet no Brasil e a normatização existente na Argentina, de modo a agregar e gerar material para uma análise comparativa entre normas.

Observando o que leciona Vergara (2007), a metodologia adotada foi pesquisa exploratória quanto aos fins e bibliográfica quanto aos meios, permitindo a compreensão das singularidades de cada país e avaliação das esferas políticas, econômicas e socioculturais que determinam as diretrizes da normatização da Internet.

De acordo com o relatório anual da UIT, União Internacional de Telecomunicações, *Measuring Information Society Report 2015*, cerca de 43,4% da população mundial tem acesso a Internet. O material analisa o uso das tecnologias da informação e comunicação em 167 países. Tendo em vista esses dados, conclui-se que o acesso à rede se constitui em importante fator para o exercício da cidadania e liberdade de expressão com influências decisivas nos âmbitos políticos, econômicos, sociais e culturais.

No Brasil não havia nenhuma lei específica que tratasse dos deveres dos provedores e dos direitos dos usuários quanto ao uso da rede. “Questões submetidas ao judiciário comumente apresentavam decisões contraditórias e eram julgadas com base na aplicação do Código Civil Brasileiro, Código de Defesa do Consumidor e outras legislações existentes” (JESUS, MILAGRE, 2014, p.18).

Conforme o Ministério da Justiça (2016), a SAL/MJ, Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, criou o projeto Pensando Direito, em 2007, com o objetivo de promover a democratização do processo de elaboração legislativa no Brasil. O projeto permitiu a interação colaborativa entre Academia, instituições de pesquisa, ONG's, sociedade civil, embaixadas brasileiras em outros países, dentre outros, para realizarem estudos sobre temas de interesse da SAL/MJ.

No referido projeto, uma das formas de colaboração para a construção da normatização de uso da Internet brasileira foi averiguar se existia alguma

regulamentação de acesso à rede em outros países. E como contribuição para realizar os debates públicos, a Divisão da Sociedade da Informação do Ministério das Relações Exteriores questionou a diversas embaixadas do Brasil no exterior, quais eram as normas sobre Internet e proteção de dados pessoais existentes em cada país. Um total de 27 embaixadas enviou respostas à solicitação feita.

Entre as respostas e documentações analisadas, a que se destacou foi a normatização da Argentina, que assim como o Brasil, possui uma regulamentação específica sobre o uso da Internet, também sancionada em 2014, denominada Lei Argentina Digital.

A regulamentação da Internet será abordada neste artigo sob a perspectiva do direito comparado entre legislações vigentes no Brasil e Argentina. A perspectiva comparada foi adotada, pois permite, a partir de determinados parâmetros, a possibilidade de estabelecer as diferenças e semelhanças entre as variáveis estudadas e aferir indicativos para estudos posteriores.

O Brasil foi selecionado por ter sido o primeiro país a propor uma regulamentação de direitos, deveres e garantias de uso da rede, como dito anteriormente, e a Argentina por também ter uma regulamentação específica quanto ao uso da rede.

Foram utilizados três parâmetros comparativos para o estudo em questão, os quais se encontram definidos em Segurado et al (2014). O primeiro foi proteção de dados pessoais na Internet, sendo que o termo “dados pessoais” se refere a quaisquer informações que possam ser registradas ou associadas a um indivíduo, nesse caso, virtualmente. O segundo parâmetro de comparação utilizado foi liberdade de expressão na Internet, que é o direito do indivíduo manifestar livremente opiniões sem censura na rede. E como último parâmetro, a neutralidade da rede, que é um princípio que presume que todos os pacotes de dados que trafegam pela rede, devem ser tratados de forma isonômica, não podendo haver distinção em razão do seu conteúdo ou origem.

Cabe ressaltar, que a escolha dos critérios foi motivada pelo fato de serem estes os princípios que norteiam a lei brasileira.

LEI MARCO CIVIL DA INTERNET BRASILEIRA

A Internet foi bem aceita no Brasil, e rapidamente propagada também. De acordo com *Measuring Information Society Report 2015*, quase 60% da população brasileira tem acesso à Internet.

Dada sua aceitação, segundo Afonso (2002), em 1995 foi criado o CGI (Comitê Gestor da Internet no Brasil), não para ser um órgão de controle ou regulamentador da Internet, mas para propagar, propor boas práticas, e levantar dados sobre sua evolução no país.

Conforme o Comitê Gestor da Internet no Brasil (2016), em 2009, foi criado um decálogo de princípios que tinham como objetivo preservar os conceitos da rede. Este decálogo logo conquistou simpatia mundial, pela forma de gestão da rede. Porém, com a crescente demanda do uso da Internet suscitou a necessidade de medidas legais que protegessem tanto a rede, quanto seus usuários.

A elaboração do Marco Civil foi baseada no objetivo do Projeto Pensando Direito, iniciada em 2009 por meio de consulta pública, tornando-se a primeira lei criada de forma colaborativa entre sociedade e governo, utilizando a Internet como plataforma de debate.

No segundo semestre de 2009, teve início o debate para a construção de um projeto colaborativo de Marco Civil da Internet no Brasil. Essa proposta foi uma reação às iniciativas de vigilantismo na Internet, particularmente ao projeto do senador Eduardo Azeredo, conhecido como AI-5 Digital, em alusão ao ato institucional n.5, decretado pelos militares de 1967 (SEGURADO et al, 2014, p. 05)

A Lei 12.965/14, Marco Civil da Internet, primeira proposta nesse âmbito no mundo, regulamenta direitos, deveres e garantias de uso da rede brasileira. Foi uma iniciativa colaborativa entre a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e o Centro de Tecnologia e Sociedade Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Por ser uma proposta cujo principal objetivo é promover a cidadania e assegurar os interesses do usuário, foi elaborado de forma colaborativa com participação de diversos segmentos da sociedade civil, conforme Segurado et al (2014).

O Capítulo I do Marco Civil trata sobre as disposições preliminares da lei, fazendo parte dele os arts. 1º ao 6º. O art. 1º, em resumo, apresenta a finalidade da Legislação, que é estabelecer princípios, garantias e deveres para o uso da Internet no Brasil. Além disso, pode-se também extrair de Brasil (2014), os entendimentos a seguir.

A liberdade de expressão na Internet é um fundamento e princípio do Marco Civil brasileiro, assegurados nos art. 2º e 3º, garantindo os direitos humanos, o desenvolvimento e o exercício da cidadania em meios digitais. A censura na rede ou

remoção de conteúdos não poderá acontecer sem justificativas plausíveis dentro da lei. A liberdade de expressão sempre será prioritária, desde que não viole os direitos de outros cidadãos.

O art. 8º garante o direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações, consistindo em condição para pleno exercício do direito de acesso à Internet.

Conforme Jesus e Milagre (2014), a neutralidade da rede é considerada por especialistas, o princípio mais importante da Lei n. 12.965/14. Os três parágrafos do art. 9º da Seção I do capítulo III tratam unicamente sobre o assunto, e deixa claro que os provedores de acesso à informação têm o dever de tratar quaisquer pacotes de dados de forma isonômica, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

De acordo com a Lei ora analisada, o *trafficshaping*, que significa de forma literal modelagem de tráfego, é uma prática ilegal. Isso quer dizer que os provedores de conexão estão proibidos de priorizar ou mitigar o tráfego de acordo com o conteúdo que o usuário acessa. Porém, a degradação ou discriminação do tráfego poderá ocorrer, excepcionalmente, e deverá ser regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República presente no inc. IV do art. 84 da Constituição Federal, depois de ouvidos o CGI e a ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações. Há também a proibição de causar danos ao usuário, agir com proporcionalidade, transparência e isonomia, e informar previamente de forma transparente sobre as práticas de mitigação de tráfego adotadas.

Ainda nesta seção, é garantido que os usuários da rede tenham sigilo nas comunicações virtuais e privacidade na Internet, sendo vedado aos provedores de acesso bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados. Também é vedada a prática anticomercial por parte das operadoras, que devem oferecer apenas serviços em condições comerciais não discriminatórias.

A Seção III do Capítulo II da Lei n. 12.965/14, composta pelos arts. 10, 11 e 12, são voltadas para a proteção aos registros, dados pessoais e às comunicações privadas.

As penalidades por violação às garantias dos arts. 10 e 11 são sancionadas no art. 12. O art. 10 garante que a guarda e disponibilização dos registros de conexão de acesso a aplicações de Internet, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta e indiretamente envolvidas.

O provedor de acesso só poderá disponibilizar os registros do usuário, de forma autônoma, associados a dados pessoais ou a outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, mediante ordem judicial, respeitando o disposto no art. 7º. Artigo este que declara que o acesso à Internet é essencial ao exercício da cidadania, garantindo os direitos dos usuários quanto ao uso, e assegurando que as comunicações digitais são invioláveis e sigilosas, só podendo ser divulgadas mediante ordem judicial, na forma da lei.

No § 3º do art. 10 encontra-se estatuído que as autoridades administrativas não estejam impedidas de ter acesso aos dados cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço, desde que detenham competência legal para tal requisição.

O art. 11 determina que qualquer operação, de coleta e tratamento de registros, realizado por provedores estrangeiros que prestem serviços no Brasil, deverão respeitar obrigatoriamente a legislação brasileira e os direitos a privacidade e proteção de dados pessoais. Sempre que ocorrer a comunicação entre um computador localizado no Brasil, e outro fora, a lei brasileira é que prevalecerá no que diz respeito à privacidade de acordo com o § 2º do art. 11. Ressalta-se que o provedor estrangeiro tenha pelo menos um integrante do mesmo grupo econômico com estabelecimento no Brasil.

O Capítulo V traz as disposições finais da Lei brasileira. Em seu art. 32, determina quando a lei entrará em vigor, 60 dias após sua publicação oficial. A Lei n. 12.965/14, Marco Civil da Internet Brasileira, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff e publicada em 24 de abril de 2014.

LEI ARGENTINA DIGITAL

Lescano (2016) afirma que o setor argentino de telecomunicações era regulado e estruturado conforme a Lei n. 19.798, Lei Nacional de Telecomunicações de 1972. Tal Lei foi complementada a partir de 1990 por uma série de decretos e regulamentos para atender a crescente demanda do mercado de telecomunicações. Porém com o progressivo e rápido desenvolvimento da tecnologia da informação, se tornou indispensável uma atualização do marco regulatório das TICs (*Tecnologías de laInformación y laComunication*), pois uma Lei de 1972 não conseguiria atender as necessidades de regulamentação da rede nos dias atuais.

Em 29 de outubro de 2014, de acordo com Califano (2015), a presidente Cristina Kirchner enviou ao Congresso Nacional argentino um projeto de lei que propunha um

novo marco regulatório para as telecomunicações, as tecnologias de informação e comunicação. Foi elaborado e tramitado de maneira tradicional pelo Poder Executivo. Em 18 de dezembro de 2014, a Lei n. 27.078, Lei Argentina Digital, foi promulgada.

De Argentina (2014) origina-se a formulação dos seguintes itens:

Os arts. 1º e 2º determinam o dever legal e a finalidade da Lei Argentina, respectivamente. Seu dever legal é estabelecer e assegurar a neutralidade da rede, facilitar o acesso de todos os indivíduos aos serviços de informação, comunicação e telecomunicações de forma justa, com altos padrões de qualidade. Sua finalidade é assegurar o direito humano aos meios de comunicação, reconhecendo as TICs como importante fator para a independência tecnológica da Argentina e concedendo ao Estado, maior poder para definir diretrizes que favoreçam o desenvolvimento sustentável do setor de tecnologia da informação.

A neutralidade da rede é considerada um dos deveres legais da legislação, como abordado anteriormente no art. 1º; pode assim ser apontada como um dos principais pontos de destaque da lei argentina sancionada em 2014. No Título VII, que discorre a cerca das considerações gerais sobre os serviços de TICs, os arts. 56 e 57 são os responsáveis por garantir a neutralidade da rede ao usuário. O art. 56 assegura, a cada usuário, o direito de acessar, utilizar, enviar, receber ou oferecer qualquer conteúdo, aplicação, serviço ou protocolo através da rede sem nenhum tipo de restrição, discriminação, bloqueio ou interferência.

Em seu art. 57, garante que os prestadores de serviços TICs não poderão bloquear ou restringir a utilização, envio ou recepção de qualquer conteúdo na transmissão de informação, salvo exceção por ordem judicial ou solicitação expressa do usuário. Os provedores de acesso são expressamente proibidos de fixar o preço de acesso à Internet baseados nos conteúdos ou serviços que serão utilizados e limitar arbitrariamente o direito do usuário de usar qualquer *software* ou *hardware* para acesso a Internet.

De acordo com o anexo à resposta ao Ofício n. 259/2015/GAB-SAL-MJ, que a Divisão da Sociedade da Informação do Ministério das Relações Exteriores enviou à embaixada do Brasil na Argentina, a proteção de dados na Internet não é tratada de forma específica na Lei Argentina Digital. Apenas na alínea f do art. 59 do Capítulo I, localizado no Título VIII sobre os direitos e obrigações dos usuários dos serviços de TICs, que aborda sobre os dados pessoais. Parágrafo este que determina o direito aos usuários a proteção de seus dados pessoais, desde que essas informações sejam

disponibilizadas aos prestadores de serviços TICs, nos quais não podem ser utilizadas para fins diferentes aos autorizados, em conformidade com as disposições vigentes.

Ainda conforme a resposta em anexo à embaixada brasileira existe também uma regulamentação para a proteção de dados pessoais dos cidadãos argentinos, a Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei n. 25.326, sancionada em 04 de outubro de 2000. O dever legal, determinado no art. 1º do Capítulo I, sobre as disposições gerais, é a proteção integral dos dados pessoais, que podem ser em forma de arquivos, registros, bancos de dados ou outros meios técnicos de processamento de dados, sejam públicos ou privados, bem como garantir o direito à honra e a privacidade dos indivíduos. A conclusão é que a aplicação dessa legislação equivale também para proteção de dados na Internet.

Após leitura e estudo completo da Lei Argentina Digital, detectou-se que a liberdade de expressão na Internet não é citada na legislação. Assim, fica a Constituição Nacional responsável por garantir o direito de liberdade de expressão dos cidadãos argentinos. O art. 14 da Constituição Argentina de 1994 assegura que todos os habitantes têm o direito de publicar suas ideias através da imprensa sem censura prévia.

ESTUDO COMPARATIVO

No Projeto Pensando Direito foram apresentadas as contribuições das diversas embaixadas do Brasil no exterior, tais como: Japão, Chile, México, França, Alemanha. Tais contribuições também foram pesquisadas e analisadas.

Estudar as legislações, brasileira e argentina, Marco Civil da Internet Brasileira e a Lei Argentina Digital, respectivamente, permitem apontar as semelhanças e diferenças baseadas nos parâmetros definidos para o objetivo deste artigo: neutralidade da rede, proteção de dados pessoais na Internet e liberdade de expressão na Internet.

Segundo Jesus e Milagre (2014), o Marco Civil está centrado em três pilares fundamentais: liberdade de expressão, neutralidade de rede e privacidade dos usuários. Esses pilares foram utilizados como parâmetros comparativos para analisar a existência de normatização da rede nos dois países pesquisados.

O Brasil foi o primeiro país a propor uma regulamentação de direitos, deveres e garantias do uso da rede Internet, iniciando o debate em 2009. Foi também a primeira lei criada de forma colaborativa entre sociedade e governo. Diferentemente da

legislação brasileira, o projeto de lei sobre a regulamentação da Internet na Argentina foi elaborado e tramitado de forma tradicional pelo Poder Executivo.

Sobre a neutralidade da rede é claramente garantida aos usuários tanto na lei argentina, quanto na lei brasileira. Os prestadores de serviço de rede não podem praticar o *trafficshaping*, ou seja, restringir qualquer conteúdo na transmissão dos dados do usuário. Nas duas legislações existem exceções, na Argentina quando por solicitação do usuário ou por ordem judicial. E no Brasil, a discriminação por tráfego poderá ocorrer se houver requisitos técnicos indispensáveis à proteção adequada dos serviços e aplicações, através de decreto presidencial, dando prévia oitiva ao CGI e à ANATEL.

A liberdade de expressão na Internet não é garantida por lei na Argentina. A liberdade de expressão é garantida na Constituição Nacional Argentina de 1994, afirmando que todos os cidadãos têm direito de publicar suas ideias através da imprensa sem censura prévia. Devido à legislação se referir apenas à imprensa, não há como tirar conclusões se essa garantia pode ser aplicada no âmbito da Internet. No Brasil, a liberdade de expressão na Internet é um dos pilares do Marco Civil, constituindo-se garantia dos direitos humanos, desenvolvimento e exercício da cidadania nos meios digitais; a censura não poderá ocorrer desde que não viole os direitos de outros cidadãos.

O terceiro pilar da lei brasileira n. 12.965/14 é a proteção dos dados do usuário, em que se garante que a guarda e o fornecimento dos dados devem ocorrer da forma menos invasiva possível, respeitando a privacidade do usuário. Na Lei Argentina Digital apenas o art. 59 normatiza sobre as informações que os usuários fornecem aos prestadores de serviços TICs, os quais só devem utilizar os dados para os fins autorizados. Porém, os cidadãos argentinos também ficam resguardados, tanto quando se tratando de dados reais ou virtuais, pela Lei 25.326/00 de proteção de dados pessoais, que garante ao usuário que as informações, sejam da forma que forem, será resguardado, assegurando o direito a honra e privacidade do cidadão.

CONCLUSÃO

Para chegar à escolha da legislação argentina, a verificação da existência da regulamentação em outros países também foi feita. Constatou-se que países desenvolvidos econômica, política, e socialmente, em sua maioria, não possuem legislações específicas quanto à regulamentação da Internet. Por sua vez, países de

terceiro mundo, surpreendentemente, possuem leis específicas e bem elaboradas, como o caso das legislações brasileira e argentina, alvo de estudo deste artigo.

Nas pesquisas realizadas, verificou-se que não existem estudos comparativos entre a Lei Marco Civil da Internet Brasileira e Lei Argentina Digital, possibilitando assim uma contribuição original ao meio acadêmico.

O Marco Civil da Internet é uma lei de suma importância para a sociedade brasileira, pois além de ser a primeira lei de regulamentação de direitos, deveres e garantia de uso da Rede, foi a primeira lei criada de forma colaborativa entre sociedade e governo. Esse novo método de elaboração legislativa do Brasil, em contrapartida ao método utilizado na formulação da Lei argentina, é mais democrático e efetivo, pois fica mais próximo da realidade dos cidadãos. Assim, o Marco Civil é a prova que a utilização dessa nova forma de construção das normas democráticas pode funcionar.

A liberdade de expressão, seja no âmbito virtual ou real, deve ser garantida em uma sociedade democrática, pois é um direito indispensável para exercício da cidadania em sua plenitude. Quando comparada com a Lei brasileira, a Lei Argentina Digital deixa a desejar no quesito liberdade de expressão na Internet, nem mesmo a Constituição Nacional é clara sobre tal matéria.

A neutralidade da rede é um parâmetro de destaque e garantida em ambas às leis de forma clara, colocando em voga sua importância para a normatização do uso da Internet. Conclui-se também que a prática de mitigação do tráfego de acordo com o conteúdo encontra-se limitada nos dois países dadas as garantias asseguradas aos usuários nos seus respectivos ordenamentos.

No Brasil, a proteção de dados pessoais é outro pilar essencial do Marco Civil; a guarda e fornecimento dos dados devem ocorrer de forma que a privacidade do usuário seja garantida. No caso da Argentina, a Lei de Proteção de Dados Pessoais, promulgada em 2000, que garante a privacidade das informações pessoais, seja em forma de arquivos ou outros meios técnicos de processamento, já existia quando a Lei Argentina Digital foi sancionada em 2014. Conclui-se, portanto, que os cidadãos argentinos já estavam resguardados a respeito desse princípio, não havendo necessidade de colocá-la na legislação de regulação da Rede.

A regulamentação da Internet é um tema recente que ainda muito tem a ser explorado e que irá gerar muito conteúdo para debates futuros. A efetividade das legislações estudadas só será possível se acompanharem o desenvolvimento da

tecnologia da informação, que está em constante evolução. Constata-se, assim, que sempre existirão atualizações cabíveis para os setores responsáveis executarem.

Como sugestão para trabalhos futuros propõe-se um estudo comparativo com legislações existentes em outros países, de forma a se obter resultados mais abrangentes. Além desta, pesquisas que contemplem outros critérios além daqueles selecionados para este trabalho.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. A. **Internet no Brasil – alguns dos desafios a enfrentar**. Informática Pública v.4, 2002. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO4_N2_PDF/ip0402afonso.pdf>. Acesso em 21 de set. de 2016.

ARGENTINA. **Constituição, 1994**. Disponível em: <<http://www.constitution.org/cons/argentin.htm?PHPSESSID=095185bf7651b6839b7c935f65b5d89e>>. Acesso em 23 de nov. de 2016.

ARGENTINA, **Ley No. 19.798, Agosto 22, 1972. Ley Nacional de Telecomunicaciones**. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/3000034999/31922/texact.htm>>. Acesso em 19 de nov. de 2016.

ARGENTINA, **Ley No. 25.326, Octubre 04, 2000. Ley de Protección de los Datos Personales**. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/6000064999/64790/norma.htm>> Acesso em 23 de nov. de 2016.

ARGENTINA, **Ley No. 27.078, Diciembre 16, 2014. Ley Argentina Digital**. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/235000-239999/239771/norma.htm>>. Acesso em 19 de nov. de 2016.

BEZERRA, A. C., WALTZ, I. **Privacidade, Neutralidade e Inimputabilidade da Internet no Brasil: Avanços e Deficiências no Projeto do Marco Civil**. Revista Eptic Online, v. 4, n.2, 2014.

BRASIL, Lei No 12.965, Abril 23, 2014. **Marco Civil da Internet Brasileira**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em 01 de jul. 2016.

CALIFANO, B. **Políticas públicas para la convergência: La regulacion de las TIC em la Argentina**. Universidad de Buenos Aires, Argentina, 2015. Disponível em: <<http://e-tcs.org/wp-content/uploads/2016/02/2015a-Califano-CPRLatam.pdf>>. Acesso em 18 de nov. de 2016.

Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Sobre o CGI.br**. Disponível em: <<http://www.cgi.br/sobre/>>. Acesso em 21 de set. de 2016.

International Telecommunication Union. Measuring Information Society Report 2015. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2015/MISR2015-w5.pdf>>. Acesso em 19 de set. de 2016.

GUIDO, L. M., VERSINO, M.S. **Las políticas públicas en la constitución de las redes de información y comunicación en la Argentina reciente (1995-2015).** Revista *Questión*, v. 1, n. 51, 2016. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/56065/Documento_completo.pdf?sequence=1>. Acesso em 05 de nov. de 2016.

JESUS, D., MILAGRE, J. A. **Marco Civil da Internet: comentários à Lei 12.965, de 23 de abril de 2014.** 1º Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LESCANO, E. **Análisis de la Ley 27.078 “Argentina Digital”, reguladora de los Servicios de Telecomunicaciones.** 2016. Disponível em: <<http://ricardoportomedios.com.ar/wp-content/uploads/2016/08/Analisis-de-la-Ley-27078.pdf>>. Acesso em 11 de nov. de 2016.

Ministério da Justiça. **Direito da Internet Pelo Mundo.** Disponível em <<http://pensando.mj.gov.br/marcocivil/2015/04/pelo-mundo/>>. Acesso em 25 de set. de 2016.

Ministério da Justiça. **Pensando o Direito.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/elaboracao-legislativa/pensando-o-direito>>. Acesso em 25 de set. de 2016.

SALGADO, M. J. O. **El principio de neutralidad de la red.** 2015. Disponível em: <<http://www.lamjol.info/index.php/DERECHO/article/viewFile/1993/1784>>. Acesso em 10 de nov. de 2016.

SEGURADO, R., LIMA, C. S.M, AMENI, C. S. **Regulamentação da internet: perspectiva comparada entre Brasil, Chile, Espanha, EUA e França.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/2014nahead/0104-5970-hcsm-S0104-59702014005000015.pdf>>. Acesso em 30 de set. de 2016.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 9º Ed. São Paulo: Atlas, 2007.